

AS LIGAÇÕES PERIGOSAS

MERCADO INFORMAL ILEGAL, NARCOTRÁFICO E VIOLÊNCIA NO RIO.

Michel Misse*

Na ampla revisão que tem caracterizado os estudos recentes sobre a economia informal, novas e interessantes perspectivas tem se desenvolvido sobre a economia informal criminal (Gambetta, 1992; Catanzaro, 1992; 1994; Reuter, 1986; Leclerc, 1996; Kopp, 1992; Labrousse e Wallon, 1993). A propósito da America Latina, os estudos sobre as principais formas de violência do mercado informal ilícito ou criminal tem se concentrado sobre as grandes regiões produtoras e/ou distribuidoras de drogas, como a Colombia e o Peru, em suas articulações com a guerrilha e a « violência generalizada » (Pecaut, 1996; Betancourt e García, 1994). No Brasil, cujas grandes metrópoles urbanas tem assistido a um incremento do consumo e da distribuição de cocaína desde o início dos anos 80, a questão do mercado informal de drogas ganhou relevância pelo fato de que lhe é imputada a principal responsabilidade pelo notável aumento da violência nas grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, desde o final dos anos 70.¹

Tratarei aqui de alguns aspectos que considero relevantes para a compreensão da questão no Rio de Janeiro, embora apenas para melhor situa-la, sem qualquer ambição analítica mais abrangente.² Esboçarei aqui a perspectiva de que determinadas « ligações », produzidas historicamente, entre diferentes mercados informais ilegais, primeiramente com o jogo do bicho e, posteriormente, com o narcotráfico, pela sobreposição de diferentes *tipos de mercadorias ilegais com mercadorias políticas*³,

* Professor Adjunto de Sociologia no Departamento de Ciências Sociais do IFCS-UFRJ. Este artigo foi publicado na revista *Educação e Contemporaneidade*, número temático sobre Qualificação e Informalidade, n. 2, 1997.

¹ Cf. Misse, 1995. Sobre a bibliografia brasileira sobre criminalidade urbana violenta desde os anos 80, ver Adorno, 1993.

² Deixarei de lado, por exemplo, a discussão teórica sobre as diferenças entre « redes », « organizações » e « mercado » na área criminal. Sobre o assunto, ver Reuter, 1983; Kopp, 1992; Leclerc, 1996.

³ Chamo de « mercadorias políticas » o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos « políticos » (não necessariamente bens ou serviços políticos públicos ou de base estatal) que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro. O que tradicionalmente se chama de « corrupção » é um dos tipos principais de « mercadoria política » ilícita ou criminal. O « clientelismo » é, por sua vez, uma forma de poder baseada na troca de diferentes mercadorias (políticas e econômicas), geralmente legal ou tolerada, mas moralmente condenada por seu caráter hierárquico e sua estrutura assimétrica. As fronteiras entre « clientelismo » e « corrupção » por serem moralmente tênues, no Brasil,

tem maior importância para a compreensão do problema da violência no Rio de Janeiro, do que a relação estereotipada (e hoje universal) entre drogas e crime. Pretendo, também, avançar a hipótese de que essas « ligações » se alimentam de uma contradição entre as políticas de criminalização adotadas e a *avaliação estratégica* que emerge das bases criminais e policiais em sua implementação. Essa contradição, ao reforçar a percepção social de « impunidade » e, por conseguinte, a reação moral da sociedade (que exige novas e mais fortes políticas de criminalização), pode reproduzir as condições específicas em que se desenvolvem essas mesmas « ligações perigosas ».

O que distingue, em geral, uma atividade econômica « formal » de outra « informal » é a sua maior ou menor subordinação à regulamentação estatal. Não se pense, no entanto, que essas atividades são inteiramente separadas, constituindo « setores » bem demarcados (Lautier, 1992). Diferentes formas de « flexibilização » informais participam da constituição de empresas econômicas « formais » e a informalidade ilegal de certas atividades econômicas pode dirigir-se, ao mesmo tempo, para « fachadas » formais ou mesmo mobilizar recursos em empresas legais. Múltiplas e complexas redes sociais se desenvolvem a partir dessas diferentes estratégias aquisitivas, legais e ilegais, relacionando « mundos » que o imaginário moral prefere considerar como inteiramente separados entre si.

Todas essas redes sociais que interligam mercados legais e ilegais, formais e informais, mercadorias políticas criminalizadas (propinas, chantagens, redes de proteção) e mercadorias de criminalização contextual (como, por exemplo, o jogo, o aborto, a prostituição e as drogas) não adquirem necessariamente contornos espaciais ou comunitários e nem constituem « setores », mas, antes, percorrem complexamente todo o conjunto do tecido social, político e econômico. Quando algum contorno espacial-comunitário se desenha, quando uma « territorialização » pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que se encontra na criminalidade pulverizada, seja ela convencional ou não. Se por um lado essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro *passa a constituir efetivamente* novas redes de sociabilidade, que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios.⁴

tendem a reforçar e ampliar o mercado informal político ilegal e criminal. Uma reflexão preliminar sobre o conceito de mercadoria política é proposta em apêndice, no final deste trabalho. Deve-se considerá-la como hipótese não submetida ainda a testes rigorosos de objeção lógica.

⁴ Sobre a emergência de uma nova forma de sociabilidade, marcadamente violenta, nas áreas de pobreza urbana do Rio, ver Machado da Silva, 1995.

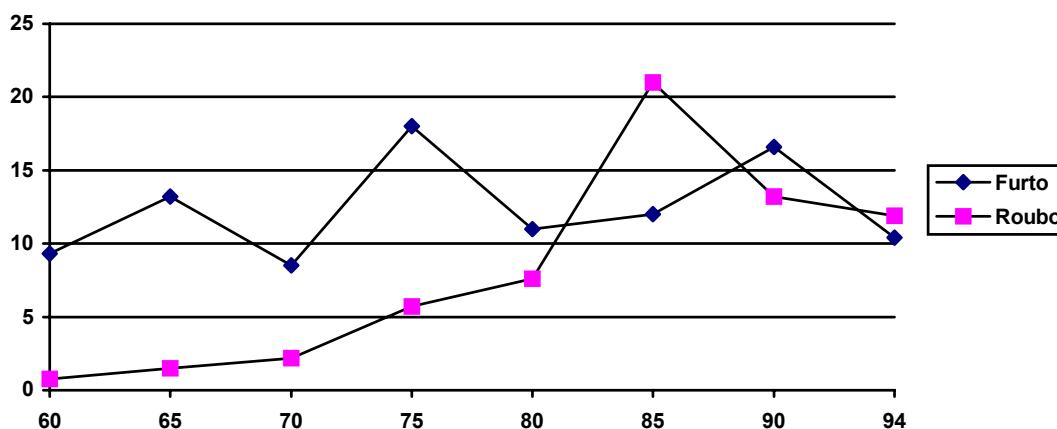
A extrema visibilidade do problema do tráfico de drogas no Rio de Janeiro decorre, a meu ver, exatamente de sua reificação comunitária abrangente numa grande metrópole. O caráter territorial-político-militar do comércio de drogas no Rio de Janeiro, que praticamente se confunde com os limites de centenas de comunidades urbanas pobres da cidade, transforma esse mercado ilícito e seus efeitos de violência em ponto de convergência seja do sentimento público de « insegurança », seja em foco privilegiado das políticas de criminalização. Tratarei inicialmente, neste artigo, de algumas características gerais do mercado informal criminal das drogas no Rio para, em seguida, propor algumas reflexões sobre o que é percebido socialmente como as « ligações perigosas » entre esse e outros mercados informais ilegais ou criminais.

1. Mercado Informal Ilegal do Narcotráfico no Rio: algumas características

O que fez a classe média carioca, desde o início dos anos 70, se cercar em seus prédios e condomínios, não foi inicialmente provocado pelo desenvolvimento do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres da cidade, mas decorreu, como se poderia demonstrar, do aumento dos assaltos, com ou sem arrombamento, de bancos, carros, residências e apartamentos, bem como dos furtos e roubos nas ruas antes que o tráfico de cocaína se implantasse. Embora esse aumento da criminalidade convencional vá se associar, a partir de meados dos anos 80, ao crescimento do tráfico, ainda está para ser demonstrado que o « medo da violência », no Rio, começou apenas a partir do tráfico. A maioria dos analistas concorda que a « sensação de insegurança » na cidade se instalou a partir do final dos anos 70, mas uma breve leitura dos jornais de época demonstra que o problema já se colocava antes, na primeira metade da década. Não existem estatísticas de fonte policial razoavelmente confiáveis para o período anterior a 1977, mas é significativo que, na área da delinquência juvenil, para a qual existem estatísticas desde o início dos anos 60, se verifique uma extraordinária mudança de padrão de infrações a partir da primeira metade dos anos 70. O furto, infração amplamente dominante até o início dos anos 70, vai sendo substituído tendencialmente pelo roubo, a partir do mesmo período, até que as curvas se invertam em meados dos anos 80. A queda da curva de roubo, a partir do auge de 1985, coincide com o período de crescente visibilidade (e efetiva ampliação) do tráfico de drogas nas áreas urbanas pobres (Quadro I).

Quadro I: Número de Infratores, com menos de 18 anos, acusados por Furtos e Roubos na cidade do Rio de Janeiro (1960-1990).

(Infratores por 100 mil habitantes)



Fonte: Juizado de Menores da Cidade do Rio de Janeiro.

Obs.: Os dados de roubo incluem também latrocínio.

A mesma tendência pode ser observada, também no mesmo período, para a criminalidade convencional de adultos - a passagem do furto e do estelionato para os assaltos e o roubo sistemáticos. Essa mudança de padrão ocorre, grosso modo, entre 1970 e 1980, associando-se ou substituindo-se, em seguida, ao crescimento do mercado, mais lucrativo e ainda menos arriscado, do tráfico de cocaína.

Não é improvável a hipótese de que houve uma mudança de investimento criminal, muitas vezes entre os mesmos agentes criminais, que levou dos assaltos a bancos e residências ao tráfico de drogas, num período de dez anos, e a um reforço posterior dos assaltos em associação ou não com o tráfico. Do ponto de vista econômico, a opção entre a transação dessas diferentes mercadorias criminalizadas (bens roubados e drogas) oscilou provavelmente, seguindo uma avaliação de custo/benefício, em função das relações com segmentos das bases policiais envolvidos nas políticas de repressão adotadas em diferentes conjunturas desse período.

Uma análise de custos, nesse caso, não deve subestimar, os efeitos econômicos da dimensão moral envolvida na comparação entre negociar com « assaltantes », com

« bicheiros » ou com « gerentes do tráfico ». A famosa frase de Lucio Flavio Villar Lirio, chefe de uma quadrilha de assaltantes de bancos desmantelada no início dos anos 70: « bandido é bandido, polícia é polícia », dirigia-se exatamente à já enorme confusão de papéis que resultava da sobreposição de mercados que transacionavam mercadorias ilegais de diferentes tipos.⁵

Até a década de 80, o mercado informal ilegal no Rio de Janeiro era dominado pelo jogo do bicho.⁶ Somente a partir do final dos anos 70 é que o tráfico de cocaína começa a ser detectado no Rio, e sua importância só se consolidará na « primeira fase do tráfico », período em que o tráfico foi efetivamente controlado pelo « Comando Vermelho » (fase que entrou em declínio no final dos anos oitenta). A « segunda fase do tráfico », caracterizada pela decadência do « controle externo » do « Comando » sobre as áreas do tráfico e a segmentação dos territórios, com constante guerra entre diferentes grupos do « movimento », continua até hoje, mas atingiu o seu ápice, até o momento, entre 1985 e 1992. É a fase mais violenta, marcada pelo extraordinário aumento da desconfiança entre lideranças e grupos, pelas lutas intestinas pela liderança no interior de um mesmo território ou entre territórios diferentes e pelo aumento da repressão policial violenta (principalmente a partir de 1994).

Ao se estudar de perto uma « área » do « movimento », pode-se tentar esboçar algumas linhas de interação (mais ou menos organizada) que constituem as redes do mercado informal ilegal em comunidades de pobreza urbana carioca. Apresentarei aqui apenas alguns resultados, que poderão ainda ser retocados, mas que já permitem uma apresentação sistemática.⁷

Atacado e Varejo

O tráfico de drogas nas áreas pobres do Rio de Janeiro é fundamentalmente varejista. A mercadoria principal é a cocaína, que tem apresentado, desde 1980, a melhor composição custo/benefício, em relação a outras mercadorias ilegais. A cocaína é vendida, em geral, por unidades chamadas de « papalotes » ou « papel » (pequenos

⁵ A frase de Lucio Flavio dirigia-se, segundo muitos jornalistas da época, ao detetive Mariel Mariscot, que oferecia « proteção » a bicheiros e fazia extorsão a assaltantes de bancos. São poucos os estudos sobre o jogo do bicho no Rio. Uma interessante exceção é o artigo de Chinelli e Machado da Silva, 1993.

⁶ Uma análise específica desse mercado não pode ser feita aqui, mas é de fundamental importância para a compreensão dos meios de operar o poder que se desenvolveram na primeira fase do tráfico.

embrulhos ou pacotes tipo « bala », com quantidade pequena e variável e preço variável). O trabalho de acondicionar a cocaína nos « papéis » é chamado de « endolação ». Trezentos « papéis » formam uma « carga ». O preço por papel depende da qualidade (« pureza ») e das condições da oferta. A informação de que haverá repressão policial na área pode tanto precipitar uma « liquidação » do estoque quanto um aumento de preços. O aumento pode decorrer de perda de estoque por apreensão policial ou de aumento de custos por extorsão policial. O preço do « papel » varia hoje, dependendo da « área », entre dois e sete reais⁸, e a mistura da cocaína com outros produtos (pó royal, aspirina amassada, etc) é comum nos « papéis » mais baratos.

O movimento de venda também varia segundo a área e a época. Assim, cada « área » pode ter grande movimento num ano e perde-lo para outra área no ano seguinte, mantendo um comércio mediocre até voltar a « ganhar movimento ». Preços, qualidade do produto, repressão policial e o custo das mercadorias políticas de « proteção » explicam a sazonalidade do movimento nas diferentes áreas. Calcula-se que há, hoje, no Grande Rio, cerca de 500 « áreas » de tráfico, entre pequenas e grandes, das quais 30 a 50 áreas com movimento médio diário de mais de 3 mil « papéis » por dia, podendo chegar ao dobro nos finais de semana. As principais áreas podem chegar a vender, quando « ganham movimento », cerca de 10 mil « papéis » por dia, ou mais. Cada consumidor compra, em média, entre cinco e dez papéis em cada transação. Há vários compradores que compram « cargas » para revender fora da « área », mas que não mantêm qualquer relação regular com a área e com o « movimento » local, flutuando por elas em função da qualidade e do preço.

Até onde pude verificar, o atacadista que fornece a cada área não tem qualquer relação regular nem com o tráfico local, nem com o « gerente » encarregado de fazer a transação com ele. Não há uma organização centralizada que distribua a cocaína em todas as áreas e controle o poder em todas as áreas, como muitas vezes se pensa. A distribuição é descentralizada, sazonal, e nem sempre depende de contatos e intermediários mais ou menos organizados. Um fornecedor de cocaína, de maconha ou de armas pode simplesmente subir a favela, procurar o « movimento » e vender seu estoque. Mas, em geral, um gerente da área fica encarregado de « sondar o mercado » e escolher a melhor oferta. É provável, no entanto, que, a partir de um certo nível de

⁷ Em diversos trabalhos, Alba Zaluar apresentou, pela primeira vez, uma bem fundamentada caracterização do « movimento » com a qual a minha coincide em muitos pontos. Ver Zaluar, 1995.

⁸ Fora das « áreas », por exemplo nos bares da Zona Sul, o preço do « papel » pode chegar a quinze reais.

« acumulação » (de capital e contatos), ele possa se deslocar até às regiões produtoras para encomendar partidas regulares, a um custo menor. Mas não existem ainda informações consistentes sobre essa possibilidade e seu emprego abrangente pelos principais gerentes do mercado.

Era comum, até há alguns anos, o « dono » de uma ou mais áreas, tendo conseguido um estoque grande, de boa qualidade, comprar toda a partida do fornecedor e revender parte dela para outras áreas, capitalizando assim o monopólio desse contato na relação política e econômica com as áreas de menor acesso ao mercado atacadista.

Os atacadistas que vendem para os traficantes das áreas pobres do Rio podem ser muito diferentes, e obtêm a droga de variadas maneiras: meus informantes relacionam principalmente policiais e ex-policiais, grandes traficantes de outras áreas e de outros Estados (principalmente São Paulo), mas também « tipos » desconhecidos, que chegam com a mercadoria e procuram o « movimento » local. A origem da droga também é diferenciada: droga apreendida pela polícia, droga comprada na fronteira por caminhoneiro não-vinculado diretamente ao tráfico internacional, « pedaços » de partidas que passam pelo Rio ou São Paulo com destino a outros países, através de intermediários vinculados ou não aos distribuidores e produtores latino-americanos. Não parece, até aqui, que os gerentes ou « donos » locais das principais áreas viajem constantemente até os centros distribuidores para realizar compras regulares. Tudo leva a crer, pelo contrário, que eles são muito mais desvinculados do narcotráfico internacional do que se imagina, embora essa possa ser uma tendência em declínio. O mesmo se aplicaria ao mercado ilegal de armas. Meus informantes asseguram que na « primeira fase » do tráfico, as armas eram vendidas por policiais e militares, que as roubavam dos quartéis. O contrabando de armas teria se organizado depois, mas seria também inteiramente desvinculado do « movimento », que é apenas seu principal mercado consumidor. Obtive relatos de que as armas chegam às áreas em carros de passeio e camionetes, sem encomenda prévia conhecida e a transação é feita na hora, à vista de todos os transeuntes.

Quanto à maconha, cujo comércio é economicamente irrisório se comparado ao da cocaína, ela chega às áreas pobres do Rio, como se sabe, através de partidas provenientes do Nordeste brasileiro, grande produtor da erva. O grau de organização desse comércio também parece medíocre e descentralizado. Qualquer comparação com a máfia siciliana e norte-americana ou com os cartéis colombianos é completamente

despropositada, embora o volume comercializado seja relativamente grande. O responsável pela sua venda, no « movimento » (o gerente do « preto »), tem, no entanto, um status menor que o responsável pela venda da cocaína (« gerente do branco »).

A organização local do tráfico

O mercado de drogas (inicialmente a maconha) existe desde o início do século nas áreas de pobreza urbana do Rio. Era, no entanto, muito limitado e dirigido principalmente a consumidores locais. As « bocas de fumo » sobreviveram nessa escala até que o consumo se espalhou pela juventude de classe média no final dos anos sessenta. A acumulação proporcionada pelo aumento da venda de maconha, nessa época, o início da onda de assaltos a bancos e residências nos anos 70, a oferta (e a nova demanda) de cocaína a partir de meados dos anos 70 e a organização de presidiários, que se estrutura na Ilha Grande (« Falange Vermelha », depois « Comando Vermelho ») e na Penitenciária da Frei Caneca (« Falange do Jacaré »)⁹, marcam a transição da « boca de fumo » tradicional para o « movimento », baseado no comércio de cocaína.¹⁰

Os assaltantes de banco saem da cadeia já organizados para o tráfico, que se desenvolve inicialmente em continuidade espacial e social com as « bocas de fumo » tradicionais, em algumas favelas e conjuntos da Cehab principais: Juramento, Serrinha, Mangueira, Jacaré, Borel, Dendê, Pavão, Cantagalo, Rocinha, Zebu, Lucas, Vigário Geral, Cidade de Deus e Cidade Alta. Muitos moradores dessas áreas caracterizam essa « primeira fase » do tráfico em aberta descontinuidade com a segunda fase, marcada pela segmentação do « movimento » e pelo « enfraquecimento » do Comando, com a prisão e morte de suas principais lideranças. Para esses moradores, a primeira fase foi dominada por lideranças « maduras », « experientes », « que tinham respeito », enquanto a segunda fase é dominada pelos « garotos », « empolgados », « muito

⁹ Os assaltantes de banco eram incursos, nos anos 70, na mesma « Lei de Segurança Nacional » criada para combater a guerrilha da esquerda contra o regime militar. Para uma análise dessa fase de organização dos presidiários, ver Campos, 1987 e Prates, 1991.

¹⁰ A expressão « movimento », que nasceu na época da « boca » e se generalizou para designar a organização mais abrangente da primeira fase, aplica-se hoje seja ao que restou dessa organização, seja à rede local do tráfico.

violentos » e « sem respeito pelas famílias ». A articulação entre o « movimento » e os assaltos é admitida por todos, mas corresponde a diferentes formas de operar o poder no interior da organização local do tráfico. É comum, por exemplo, que armamentos do « movimento » sejam emprestados a « garotos » para a realização de assaltos, em troca de apoio interno ou de parte do botim.

A organização do « movimento » começou com o « Comando Vermelho », mas atravessou diferentes etapas, mantendo no entanto uma estrutura local similar. A estrutura local se mantém mesmo quando a rede mais abrangente - que articula diferentes áreas - passa por modificações. Não há mais uma rede geral, como parece ter havido no início dos anos 80, nem jamais houve uma única liderança reconhecida em todas as áreas e por todos os « donos ». Há contatos intermitentes entre « donos » que se dizem « amigos » e contatos regulares entre um « dono » e seus gerentes nas várias áreas, como também permanentes conflitos entre « donos ».

Os primeiros « donos » se constituíram a partir dos ex-presidiários do início dos anos 70 e de suas ligações em suas áreas de origem com assaltantes ou antigos donos de boca-de-fumo. O movimento proliferou com uma rede de capitalização baseada numa espécie de « empréstimo » com « vínculos de amizade » ou parentesco. O Comando bancava tudo à pessoa que se dispunha a montar o movimento numa área nova: dava-lhe armas, contatos para a compra da droga, dinheiro. Em troca, ele pagaria regularmente com uma parte ponderável de seu lucro à « caixa » comum do Comando e respeitaria as regras de apoio mútuo, aliança contra adversários, respeito, apoio e « proteção » aos moradores locais e, principalmente, aos « amigos ». No topo, a rede jamais foi inteiramente vertical, com uma parte da liderança controlando o « movimento » de dentro do presídio e a outra parte controlando de fora. O desenvolvimento da « desconfiança » entre a parte de « dentro » e a parte de « fora » é um aspecto fundamental para a compreensão da passagem da primeira para a segunda fase do tráfico. Mas em geral, muitos aspectos, que restam investigar, parecem aproximar essa rede da que organizava o « jogo do bicho » nas décadas de 50 a 70, com a sua divisão de áreas, sua hierarquia entre gerentes e vendedores, seu poder local e seu interesse político com a « proteção » dos moradores sob o seu raio de influência.

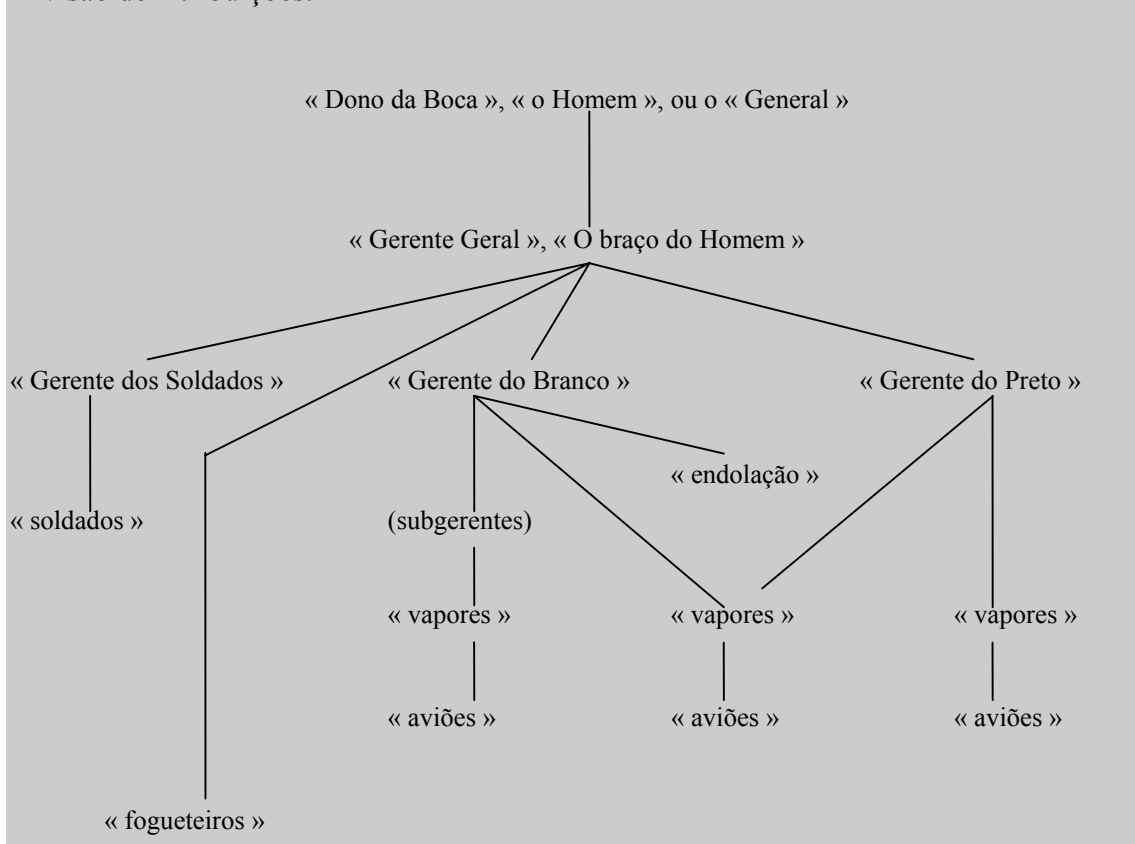
Quando o « dono » não era da « área » (o que passou a ocorrer com frequência com a proliferação do « movimento »), ele em geral vinculava-se diretamente a um contato privilegiado local, seja como « parente » ou « amigo ». Esse contato local

poderia ser, por exemplo, a viúva do antigo « dono » de origem local, seus outros parentes ou mesmo o próprio « dono local » anterior, ainda preso. Esses passavam a receber uma parcela do lucro, regularmente, sob exigência do Comando. Com a prisão de um « dono », o controle do movimento passava, por indicação sua, para um parente próximo, um amigo de infância ou considerado de confiança ou um dos seus próprios gerentes, que merecia sua aprovação, e que deveria continuar a manter a ligação com o Comando. O organização social da confiança num ambiente social que transaciona, com recurso à violência, varios tipos de mercadorias criminalizadas, é sempre muito problemática. Diferentes formas de violência articularão (ou desarticularão) as construções imaginárias de confiança e reciprocidade nesses ambientes, e o aumento de conflitos com morte, na segunda fase do tráfico, assinala a decomposição crescente da organização mínima de confiança recíproca prevalecente na primeira fase. A maior ou menor abrangência da confiança recíproca, baseada seja no equilíbrio de forças, seja na dissuasão potencial que o emprego da violência por uma rede de « donos » pode significar, é uma dimensão importante de toda as redes sociais que transacionam mercadorias informais ilegais ou criminalizadas.

De um modo geral, pelo menos quanto à parte presidiária dessa organização, ela continua forte « para dentro » dos presídios, mas vem se enfraquecendo a cada ano no controle do que está acontecendo « do lado de fora », com as alterações nas lideranças se impondo muitas vezes ao Comando e com a montante de « traições » e desconfianças mútuas. A abrangência do Comando Vermelho e do Terceiro Comando (que sucedeu à Falange do Jacaré), embora ainda forte nas penitenciárias, está hoje muito diminuída ou fragmentada. Concentração de poder em alguns « donos », que invadem e controlam outras áreas, e fragmentação de poder em outras, que se auto-denominam « neutras », um eufemismo para designar sua independência « à força » dos comandos penitenciários organizados. Reforçou-se, assim, a concepção « estratégica » de que cada « dono » ficará apenas algum tempo com o controle da área. Ele deverá acumular o mais rapidamente possível um capital que, paralelamente, ele transferirá para atividades economicas legais. Frotas de taxi, imóveis residenciais, motéis, comércio são algumas das principais opções feitas pelos traficantes que, presos ou foragidos, perderam ou abandonaram o controle do comércio local de drogas. O mercado informal ilegal ou criminal aparece, aqui, como uma forma de « acumulação primitiva », uma estratégia aquisitiva de curto prazo para « donos » e « gerentes » de origem familiar pobre ou de

baixa renda. Distingue-se inteiramente das « estratégias de consumo » ou mesmo de « mais-sobrevivência » que podem ser incorporadas pela maioria dos trabalhadores do « movimento ». A rede social implantada a partir das penitenciárias ainda subsiste em algumas áreas, mas vem sendo desmantelada pelos « garotos novos », que livram uma guerra contínua pela ocupação dos territórios ou para ter o controle contra seu antigo « dono ». Ainda assim, a estrutura interna em cada área segue obedecendo a um mesmo padrão básico (quadro II).

Quadro II: Estrutura do « Movimento » nas Áreas de Tráfico do Rio: Hierarquia e Divisão de Atribuições.



Essa estrutura pode ser decomposta em três níveis: o « dono » e seus « gerentes » (seus potenciais « herdeiros »), formam o primeiro nível da hierarquia; os « vendedores diretos » (« vapores » e « aviões ») e « soldados », um segundo nível. Os « endoladores », uma parte dos « aviões » de ocasião e os « fogueteiros », o último nível.

As linhas indicam uma dupla hierarquia sobreposta: econômica e de distribuição de poder. O « General » ou « o dono », no topo, é aquele que « controla a área ». É

conhecido pelo seu nome (geralmente um apelido) pelos moradores do local, onde ele vai (quando controla outras áreas) uma ou duas vezes por semana. Sua principal relação é com o seu « braço », o gerente geral, que geralmente mora na área. O « gerente geral » é o principal responsável pela arrecadação geral, pela contabilidade, pelos pagamentos e pela distribuição da droga entre os demais « gerentes », embora ele possa manter um « gerente da grana » (gerente da contabilidade geral). A estrutura de passagem da mercadoria é uma só, de cima para baixo: o « dono » compra de outro « dono », a vista ou em consignação, ou diretamente de diferentes fornecedores regulares ou de ocasião, à vista. Passa, em geral, por consignação contabilizada, ou por venda, ao « gerente geral ». Este faz o mesmo (geralmente por consignação) aos « gerentes » da cocaína (« gerente do pó » ou « gerente do branco ») e da maconha (« gerente do preto »). Esses fazem o mesmo, também por consignação, ou a um subgerente (que terá seus « vapores ») ou diretamente aos « vapores ». Nessa etapa, a distribuição por « vapor » é de cerca de quatro ou cinco « cargas » (um total médio de 1200, 1500 « papelotes » por vapor), podendo aumentar e até dobrar em festas, bailes, finais-de-semana. O « gerente do branco » é quem geralmente contrata e paga os trabalhadores que fazem a « endolação », muitas vezes pessoas sem outro envolvimento com o « movimento »: mães de família, parentes, amigos, uma parte dos quais também trabalhadores assalariados no « mercado formal ». Os « vapores » já recebem as « cargas » « endoladas », vendem uma parte diretamente (para fregueses habituais, que compram em maior quantidade) mas, em geral, passam a maior parte, em consignação, para os « aviões » locais, e à vista para os « aviões » de fora. O « gerente dos soldados » é quem contrata e paga os « soldados », isto é, o pessoal que mantém a ordem interna, que protege o serviço dos gerentes e vapores, que defende a área quando necessário e que é mobilizado para invadir novas áreas. Ele controla o armamento, o lugar onde ficam guardadas as armas e munições, e é quem distribui as armas, segundo o calibre e a « responsabilidade », entre os « soldados ». É pago pelo « gerente geral » e, às vezes, liberado para utilizar ou emprestar as armas para assaltos, contra pagamento de uma parte do botim. Muitos soldados são adolescentes, que utilizam parte dessas armas para « ganhos » fora da área e do mercado local da droga. Os « fogueteiros » são, em geral, crianças e adolescentes pagos pelo gerente geral para soltar fogos de morteiro para sinalizar seja a chegada de uma nova « partida » de cocaína, seja a aproximação da polícia ou de um grupo rival armado, de outra área (os « alemão », que num contexto

geral significa « inimigo » e num contexto específico significa « soldados da polícia militar »).

Essa estrutura se repete em todas as áreas e foi montada na primeira fase do tráfico, quando o Comando Vermelho controlava não só os presídios como as áreas « de fora ». Uma pesquisa de como se estabeleceu esse padrão ainda está por ser feita, mas ele parece resultante de alguma mistura de formas de organização no interior das penitenciárias com a estrutura territorial e intra-territorial do jogo do bicho, articuladas como estratégias aquisitivas « oportunistas » e « rápidas » de « acumulação primitiva » individualista (para « donos » e « gerentes ») ou de mais-sobrevivência, poder pessoal e consumo (para o resto do « movimento ») em « redes » mais ou menos abrangentes.¹¹ O potencial de permanência dessas estratégias deve-se menos à impunidade e mais à permanente rotatividade de quadros e ao grande poder de atração que exercem sobre muitos jovens pobres dessas áreas. Todos os meus informantes, dentre os que se afastaram do « movimento », explicam sua saída pelo fato de que « ou terminariam presos ou mortos », como muitos de seus amigos. Sobre os que ficam, e os que estão entrando, explicam que o « movimento » cria uma grande « empolgação » entre os jovens, que passam a ter acesso a bens e a um poder pessoal que jamais poderiam ter de outra maneira.

Para sair do « movimento », segundo me contaram, « não há problema », desde que você não « esteja devendo ». Não há « fechamento » nem no acesso, nem na saída, mas regras de segurança na seleção de acesso e a exigência de inexistência de dívidas com o « movimento ». As conversões religiosas, que afastam alguns jovens de envolvimento anterior, não se explicariam assim como um meio instrumental de « saída », mas como uma opção autêntica que, inclusive, é respeitada pelos demais. Mas ainda existem poucas pesquisas sobre o cotidiano da vida no tráfico e é cedo para qualquer generalização desses resultados.

O caráter relativamente precário dessas estratégias parece se confirmar quando se sabe que, desde o início, o « dono » da área aplica regularmente parte de seus investimentos no mercado formal, adquirindo imóveis, frotas de táxi, lojas, como forma

¹¹ Empregamos aqui a noção de « rede » no sentido indicado por Pécaut: « mode d'organisation que prévaut lorsque l'encadrement des populations se réalise en l'absence de toute adhésion à un objectif ou à une argumentation normative. (...) Groupe disposant de ressources de pouvoir diverses et imposant une régulation collective que comporte un fort degré de coercition, n'en appelle pas à une adhésion volontaire mais à une allégeance sous contrainte, suscite des délimitations territoriales spécifiques, ne renvoie à

de sair da « vida do crime » mais tarde. A provisoriedade de inserções e a rotatividade dos « donos » de negócios é uma característica geral do comércio ilegal da cocaína nas áreas de pobreza urbana do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, as inserções parciais de « endoladores », « fogueteiros » e parte dos « aviões », bem como as arriscadas (e geralmente definitivas) inserções de « vapores » e « soldados » parecem seguir outro padrão, não apenas mais subalterno e economicamente incapaz de produzir « saídas », como também mais vulnerável à ação policial. Entre os vendedores diretos, tudo o que se ganha se gasta rapidamente, e poucos são os que « melhoraram de vida ». Dos que entraram para o tráfico nos idos de 1985, a maioria está presa ou morta. No entanto, a grande esperança de alguns desses trabalhadores que permanecem é « virar patrão », controlar o movimento local, o que pode suscitar diferentes estratégias, seja de lealdade com o antigo dono, seja de traição e « tomada do poder ».

Outro grande problema na manutenção seja das redes mais abrangentes, seja da rede do grupo local, é a « cobrança » das diferentes consignações de mercadorias, armas e favores. A protelação da dívida pelo credor pode se transformar em meio de chantagem e seu não pagamento após um « ultimato » em motivo suficiente de eliminação física do devedor. Parte ponderável de homicídios registrados deve-se a cobranças desse tipo. Mas a maioria dos homicídios parece decorrer principalmente de acerto de contas intra e inter-grupos e nos conflitos com a polícia e com grupos de extermínio.

Nesse microcosmo ilegal e criminal, reproduzem-se algumas das formas de ação estratégica - precipuamente políticas e militares - comuns às esferas políticas globais, mas desprovidas de qualquer apoio em identidades coletivas, ideologias ou símbolos que não seja a lógica do próprio « movimento ». Essa « lógica », por se reproduzir por meio da ilegalidade, da desconfiança e da violência, tem fortes limitações (e ao mesmo tempo grande demanda) em constituir unidades coletivas. Tende, assim, a produzir solidariedade de interesses mais pelo seu confronto com a polícia ou com outros grupos que disputam o mesmo mercado do que pela capacidade de organização social interna da confiança recíproca. Os « alemães » - essa identidade coletiva do Outro que colabora na construção de alguma identidade mínima de pertencimento e solidariedade interna - são os policiais, mas podem ser também os inimigos de outra parte. Como são inevitáveis, as transações com os « alemães » tecem

novas formas de mercado informal ilegal e de violência, produzindo incessantes « ligações perigosas ». A chacina de Vigário Geral ocorreu, como se sabe, nessas condições. As principais mercadorias dessas « ligações perigosas » são « políticas »: a « proteção », « a liberdade », a « segurança ». Mas podem custar muito caro.

Uma parte não desprezível do lucro obtido no comércio de drogas nas áreas de pobreza urbana é gasta com a compra de « mercadorias políticas »: a libertação de traficantes presos é um negócio lucrativo para os agentes policiais que participam desse mercado, a ponto de, em algumas áreas, as « batidas » já assumirem - para moradores e traficantes - o caráter de ação instrumental com vistas à produção de novas mercadorias políticas. A sobreposição do mercado ilegal de drogas com o mercado de mercadorias políticas gera formas novas de desconfiança, que reproduzem a raiva contra a polícia, a abertura de novas « frentes » criminais, o aumento da dependência dos traficantes libertados em relação ao « movimento » e uma demanda, ainda difusa, de uma agência de proteção criminal eficiente.

2. Mercado Informal Ilegal, Narcotráfico e Mercadorias « Políticas »

Se todo mercado informal está necessariamente sujeito ao custo político de sua insubmissão à regulamentação estatal, o mercado informal que negocia com mercadorias ilícitas é fundamentalmente constituído, em seus custos e em seus benefícios, pela lógica de sua dupla ilegalidade. É um mercado criminalizado mais amplo que surge necessariamente quando seu núcleo informal criminal mais visível se expande. Não há como dissociar, funcionalmente, a expansão regular do comércio de mercadorias ilegais, o emprego da violência na base das relações de poder e a expansão do mercado potencial de mercadorias políticas. Diferentes redes sociais de violência e transação atravessam seja o « território », seus agentes criminais e sua população, seja os agentes encarregados pelo Estado de prover a ordem pública e a preservação efetiva do monopólio de emprego legítimo da violência. Enquanto « agência formal », o Estado não foge, entretanto, às mesmas condições econômicas que podem impor aos seus agentes o estabelecimento de um mercado informal de serviços e mercadorias, cujo fundamento seja exatamente o controle, individualizado e ilegal, dos meios de administração da violência que a posição de agente do Estado dá acesso. A « economia

da corrupção » constitui, assim, outras redes de economia informal ilegal que, diferentemente das redes do tráfico, negocia com « mercadorias políticas » ilícitas e não apenas com mercadorias econômicas criminalizadas.

No Rio de Janeiro, um padrão histórico estabeleceu-se com a mercadoria ilegal « jogo do bicho ». Esse padrão incluía, desde o início, uma contradição entre a política de criminalização mais geral, que atendia a uma parte importante da demanda moral da opinião pública, e a « percepção social » da atividade criminalizada e de seus agentes pelos seus consumidores, que incluiu, em diferentes épocas, também uma parte importante da população da cidade. Evidentemente, essa contradição facilitou o desenvolvimento da oferta de mercadorias políticas em todos os níveis, desde o clientelismo político até à corrupção mais desenfreada, com a conseqüente banalização seja da proibição do jogo, seja do poder dos bicheiros.

Essa banalização do duplo mercado informal ilegal, da mercadoria « jogo do bicho » e das diferentes mercadorias políticas trocadas sob a sua criminalização « de direito » mas não « de fato », parece ter se transferido, ainda que em condições mais difíceis, primeiramente para a mercadoria « maconha », a partir do final dos anos sessenta, e depois, na primeira fase do tráfico, para a mercadoria « cocaína ». Como dissociar essa banalização constitutiva do mercado informal ilegal no Rio (que inclui também outras mercadorias ilegais, como mercadorias contrabandeadas, bens furtados ou roubados, peças de veículos roubados, etc) da contradição entre as políticas gerais de criminalização e as amplas bases sociais de « descriminalização » *prática* desses mercados? Não se trata, nesse caso, apenas de « impunidade », já que essa banalização confrontava, na prática, a própria legitimidade dessa « criminalização » e, portanto, o sentido último (e moral) da punibilidade.

Não se trata, também, de fazer retroagir a relação com a impunidade para a origem do processo, ao se tentar explicar essa própria banalização, uma vez que essa impunidade não existiu sempre, ela foi se constituindo junto com a banalização, como resultado de uma política de criminalização do jogo e do contrabando que jamais ganhou universalidade moral, que sempre pareceu conjuntural e limitada. Mesmo depois que a violência criminal entrou em cena, já associada ao tráfico de cocaína, a grande demanda social de criminalização continuou a se dirigir aos furtos cometidos nas ruas pelos « pivetes » e « trombadinhas », depois aos roubos e assaltos de residências, apartamentos, lojas e carros pelos « assaltantes ». O índice de traficantes presos é

relativamente pequeno em relação aos presos por crime convencional, embora se saiba que grande parte do aumento de homicídios na cidade resulte da atividade do tráfico.

A polícia, como pode se deduzir de suas estatísticas, continua a registrar sempre mais crimes contra o patrimônio do que delitos ligados ao comércio ilegal de drogas (exceção feita aos homicídios, a maior parte dos quais não apurados, porque - como « explicam » muitos policiais - resultantes de luta contra ou entre os traficantes). Como a maior parte desses crimes contra o patrimônio privado não são apurados pela polícia (por razões inteiramente diversas daquelas que são atribuíveis à mesma ineficiência no caso do mercado de cocaína), fica uma questão: o que pensam as bases policiais de tudo isso, quais as suas representações e justificações para isso? Como essas representações podem justificar, direta ou indiretamente, a economia da corrupção policial e das ligações perigosas com o « movimento », assim como justificara antes a ligação com o jogo do bicho, elas são fundamentais para a investigação das contradições entre políticas e suas bases sociais de implementação.

Embora nenhum bandido importante justifique sua opção criminal pela sua pobreza familiar ou pessoal, é comum a muitos policiais justificarem a baixa eficácia da polícia ou a corrupção de muitos policiais pelos « baixos salários ». Essa justificativa, que é pública, assumida em discursos oficiais, não oculta a sua « lógica moral », a de que o acesso aos meios públicos de administração da violência permite constituir mercados informais de « mercadorias políticas » como um modo socialmente « compreensível » (o atributo « legítimo » fica na ponta da língua) de complementação dos salários. Entre essa representação e a lógica monopólica de toda política geral de criminalização abrem-se diferentes espaços informais de transação e realimentação entre mercadorias econômicas e mercadorias políticas ilegais e criminalizadas.

O padrão histórico de corrupção policial pode ter se desenvolvido a partir da criminalização do jogo e da prostituição, que atravessou diferentes conjunturas nesse século. Diferentes mercadorias políticas produziram, desde então, novas redes de troca, cuja banalização subsequente pode ter alimentado a passagem para as redes de transação que favoreceram a instalação do tráfico nas áreas de pobreza urbana como mais uma mercadoria ilegal potencialmente banalizável. É uma hipótese plausível considerar que a reação moral crescente à banalização desse novo mercado informal ilegal deveu-se principalmente ao incremento da criminalidade convencional a ele associada e ao extraordinário aumento da violência criminal. No entanto, essa nova

reação não parece nascer diretamente apenas do crescimento do consumo de drogas entre os jovens de classe média, mas principalmente do « medo da violência » a ele associado.

A atual ruptura com a banalização evidencia a impunidade, *todas as impunidades*. Pela primeira vez na história da cidade, no fim da primeira metade dos anos 90, todos os grandes *banqueiros* do jogo do bicho vão para a cadeia. Mas as redes do mercado informal do jogo do bicho continuam a funcionar normalmente. O mesmo padrão ocorre com o tráfico: a polícia prendeu sucessivamente, ao longo dos últimos quinze anos, *todos* os principais « donos » de áreas de tráfico da cidade, e o tráfico continua a funcionar normalmente. É essa força intrínseca do mercado informal ilegal do Rio, uma força que reúne entre 200 mil a 400 mil trabalhadores e muitas centenas de pequenos e grandes empresários, que continua a desafiar a maior parte das análises.¹²

Políticas Criminais e Demanda de Mercadorias Políticas

Em sua análise sobre a recente produção sociológica sobre a Máfia siciliana¹³, R. Catanzaro se pergunta se a demanda de garantia das transações, dirigida à máfia, deriva da ausência endêmica de confiança, que encoraja a oferta da mercadoria « proteção » (tese defendida por D. Gambetta) ou, ao contrário, é a própria oferta de proteção que cria a demanda (Catanzaro, 1995). A questão de Catanzaro, importante para a compreensão do fenômeno mafioso na Itália, um fenômeno que comporta uma grande organização privada e criminal de oferta de « proteção », perde um pouco o sentido quando nos deslocamos para o caso do Rio de Janeiro.

Assim como o sentimento de insegurança e medo, crescente na cidade desde os anos 70, « produziu » inúmeras empresas privadas legais de proteção e segurança (um mercado formal de agentes privados armados que oferece a mercadoria « proteção »), muitos agentes do Estado encarregados do uso legítimo da violência « privatizaram »

¹² Além dos cerca de 10 mil presidiários que superlotam atualmente as penitenciárias cariocas, calcula-se em mais de 50 mil os mandatos de prisão não cumpridos no Rio. Considerando-se que só chegam a julgamento menos de dez por cento dos inquéritos abertos pela polícia (e que a polícia só abre cerca de 50% de inquéritos sobre o total de ocorrências registradas, sem contar o grande número de ocorrências sequer registradas), pode-se ter uma idéia apenas aproximada do contingente de trabalhadores envolvidos com mercadorias criminalizadas e/ou com a criminalidade convencional no Rio de Janeiro.

¹³ Principalmente os livros de P. Arlacchi, A. Blok e D. Gambetta. A principal tese de Gambetta é que a máfia siciliana tem por principal mercadoria a venda de « proteção » num mercado informal marcado pela insegurança e desconfiança nas transações. A Máfia seria um « tertium », garantindo as transações num mercado inseguro (ver Gambetta, 1992).

esse serviço, transformando-o em mercadoria política. Além disso, onde a proteção resultava problemática, pequenos e médios empresários apelaram à organização de pequenos grupos de extermínio. Mas esses grupos nunca chegaram a se expandir, como no caso da máfia, constituindo redes abrangentes. Pelo que se sabe, sempre mantiveram-se, direta ou indiretamente, vinculados a policiais, quando não eram inteiramente formados por policiais e ex-policiais e com um raio de atuação relativamente periférico. Alguns desses grupos começaram a aparecer ainda nos anos cinquenta, mas jamais se unificaram numa rede abrangente. Provavelmente a mercadoria « proteção » não tinha ainda grande demanda. Por outro lado, sua composição eminentemente policial não facilitou o desenvolvimento de « ligações perigosas » com as redes criminais, exceto no caso do « jogo do bicho ».

No Rio, a oferta de proteção (nos dois mercados, o formal e o informal) não decorre nem de falta endêmica de confiança nas transações, nem cria demanda por si mesma. A extorsão e as transações de proteção, que incluem as propinas a policiais, dependem, pelo contrário, de uma abrangente rede de confiança (e de expectativas de « transação normal ») entre os negociantes, que deriva da sua comum ilegalidade. Ainda que existam exceções importantes, a troca se desenvolve, ainda hoje, com razoável confiabilidade de parte a parte, dispensando qualquer intermediação organizada. Os acordos de conta são privados, pessoais, e no máximo encomendados, após a decisão, a um grupo de extermínio, por meio de um contato também pessoal.

Qual a base dessa mínima confiabilidade recíproca, que permite que trocas como essas se estendam pelo tecido social? Em que sentido formas anteriores de mercado informal ilegal e até mesmo a organização do tráfico em sua primeira fase contribuíram para ampliar esse mercado? Que ele já estava constituído difusamente no imaginário contraditório das bases sociais, não resta dúvida. A coexistência de reação moral (que alimenta as políticas conjunturais de criminalização) e de compreensão ou justificação estratégicas desses diferentes mercados ilícitos, nos mesmos agentes, pode oferecer uma pista. *Como se articulam, num mesmo sujeito social, linhas de ação e cursos de sentido incongruentes entre si, amplamente reconhecidos por todos, sem que isso produza maior ruptura com a organização social da confiança recíproca?*

O recurso histórico à força individual e de quasi-grupos na resolução de conflitos, evitando-se recorrer à violência legítima do Estado; a convivência entre a

violência desmedida, de « excesso de poder »¹⁴ das classes dominantes e elites , de dentro e de fora do Estado, com políticas e práticas de conciliação, negociações em condições francamente desiguais e clientelismo político, podem constituir uma caução difusa dessa tradição e desse imaginário. O « homem cordial » sempre teve uma arma ilegal em sua mesa de cabeceira, o « malandro simpático » sempre trouxe uma navalha no bolso. O policial na rua, armado pelo Estado, negocia o valor da propina em troca da não-cobrança de uma multa de trânsito, com um justificado cidadão que poderia denunciá-lo, mas que lhe agradece. O cidadão odeia o policial corrupto, porque gostaria que esse o « compreendesse » e o deixasse impune, mas prefere pagar a propina a pagar a multa. À noite, em casa, lendo os jornais, critica a polícia pela impunidade dos corruptos e dos criminosos. Tudo se passa como se não houvesse incongruência e como se o mercado informal ilícito que ele frequentou de manhã fosse inteiramente diferente do que ele agora critica à noite.

Os dois, o policial e o cidadão, se entenderam, *a mesma representação* percorreu e legitimou a transação. Que representação é essa que atravessa nossos dois atores e legitima uma economia informal de « mercadorias políticas »? Tudo se passa como se a mediação entre Sociedade e Estado, que é constituída pelas diferentes unidades coletivas de solidariedade de interesses, não existissem. Indivíduos que « trabalham » para o Estado-Patrão, indivíduos que « demandam » ao Estado-Provedor, indivíduos que « privatizam » funções do Estado-Rico, indivíduos que « fogem » do Estado-Perseguidor. O Estado é representado e percebido como « forte », e os indivíduos como « órfãos ». Órfãos de diferentes classes, com diferentes recursos de « se livrar » do Estado, ou « de exigir » do Estado. Esse Estado abstrato, hierárquico, é representado como *devedor* frente às demandas de seus funcionários e de seus cidadãos. Essa é possivelmente a representação comum que justifica o entendimento recíproco entre o cidadão e o policial na negociação de mercadorias políticas, gerando um mínimo de confiança na transação. Mas o efeito acumulado dessas transações é contraditório: ele também produz crescente desconfiança em relação à polícia, seja pelo caráter assimétrico da transação, seja pelo potencial de arbitrariedade e violência que são incorporados pela polícia sempre que se lhe demanda « eficiência » na luta contra o crime.

¹⁴ A expressão, arendtiana, alcança um nível quase conceitual em recente e instigante trabalho de José Vicente Tavares dos Santos (Santos, 1995).

A economia das « ligações perigosas » entre mercados informais de bens economicos ilegais ou criminalizados e mercadorias políticas ilícitas se alimenta, assim, paradoxalmente, das próprias políticas de criminalização que demarcam esses mercados. Emanadas do Estado, em resposta à reação moral da sociedade (que demanda uma « solução » para a violência), essas políticas permanecem presas à lógica do « excesso de poder » de suas bases sociais de implementação, e não à lógica da violência legítima e legal. A reificação comunitária do tráfico no Rio facilita a percepção de que essas áreas precisam ser « invadidas » pelo poder público. Não se pensa em investigação técnica, em produção de provas de valor judicial, mas em « invasão militar » e em « eliminação física dos bandidos ».

Entre uma invasão policial e outra, na rotina não-invadida do cotidiano, a economia das « ligações perigosas » se reorganiza no atacado, as mercadorias políticas aumentam de preço, o « movimento » se reestrutura em outro lugar, ou no mesmo com outros « donos », ou ainda nas penitenciárias, e o saldo perverso das « ligações perigosas » e das « invasões » continua a ser o aumento de homicídios nas estatísticas policiais, produzindo crescente « medo da violência », mais reação moral e demandas de mais « excesso de poder ».

A perda de confiança na organização policial legítima tende a aumentar a demanda de violência ilegal tanto quanto a ruptura da precária organização da confiança recíproca entre os traficantes tende a aumentar o volume de « acertos de contas » e conflitos no interior das redes e dos grupos locais. As ligações perigosas entre os dois mercados informais ilegais podem desenvolver, em tal contexto, uma radicalização especificamente perversa dos custos de « proteção » dos agentes envolvidos em todos esses mercados e redes, com uma conseqüente generalização da violência. De tanto se falar em « máfia », ela pode estar por vir.

Apêndice: Sobre o conceito de « mercadoria política »

Há um mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) *político*¹⁵ seja metamorfoseado em valor de troca. O preço das mercadorias (bens ou serviços) desse mercado, por ganhar a autonomia de uma negociação política, passa a depender não apenas das leis de mercado, mas de avaliações estratégicas de poder, de recurso potencial à violência e de equilíbrio de forças, isto é, de avaliações estritamente políticas. Para distinguir a oferta e demanda desses bens e serviços daqueles cujo preço depende fundamentalmente do princípio de mercado, proponho chamá-los de « mercadorias políticas ».

Trata-se de um mercado necessariamente avesso a qualquer regulamentação estatal ou pública, já que sua dimensão política *compete* com a dimensão política pública ou estatal. Em principio, constitui-se como o tipo-ideal de todo *mercado ilegal* e só poderia existir, de forma pura, como atividade, no mínimo, *indiferente ao Estado* e no máximo como um mercado *criminalizado* pelo Estado. Em geral, é um mercado *criminalizado*, e não apenas ilegal. Os mercados informais de mercadorias legais (força-de-trabalho, bens e serviços) se afastam concretamente desse tipo-ideal porque *atenuam* a dimensão política competitiva com o poder estatal sob variadas legitimações sociais que não podemos analisar aqui.

São muito diferentes entre si os tipos de « mercadorias políticas », e a chamada « economia da corrupção », com toda a sua variedade interna de tipos, é um deles.¹⁶ O que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para a produzir é expropriado do Estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas, desde o tráfico de influência até a expropriação de recursos de violência cujo emprego legítimo dependia da monopolização de seu uso legal pelo

¹⁵ Emprego a noção de « político » no seu sentido abrangente, de relações de força e poder, e não no sentido de dominação legítima ou de « sociedade política » (Estado). Recursos políticos tanto podem ser recursos de poder acumulados na esfera pública ou estatal, quanto recursos de força e poder que se utilizam de uma determinada « ordem política » legítima, que monopolize o direito ao emprego da força, para, a seu contra-pelo, ganharem eficácia na relação com os membros dessa « ordem política ». Custos e recursos políticos, bem como bens e resultados políticos, não são aqui necessariamente os acumulados na esfera legítima do Estado, nem os que se revestem de « sentido coletivo »: podem ser operados, acumulados e trocados por indivíduos, grupos, organizações, redes e mercados, seja como meios para outros fins, seja pelo seu « valor próprio ». Não precisam ter « sentido social ou coletivo » nem aspirações universalistas. Suas operações, seus operadores podem ser simplesmente « maus », (qualquer que seja o sentido que se atribua a esse termo) e assim reconhecidos por seus agentes e vítimas.

¹⁶ Sobre a economia da corrupção como sistema informal, ver o instigante ensaio de Alain Morice: « Les Maîtres de l'Informel », in Lautier et alli, 1991.

Estado. A corrupção policial, que negocia a « liberdade » de criminosos comuns, contraventores e traficantes, é um exemplo de mercadoria política produzida por expropriação de um poder estatal (no caso, o « poder de polícia »), fazendo uso de recursos políticos (a autoridade investida no agente pelo Estado) para a realização de fins privados.

O emprego não-legítimo da violência (ou de sua ameaça) para a produção de mercadorias políticas pode ter diferentes objetivos. Quando esses objetivos são políticos (« terrorismo político ») e não privados, geralmente a troca se efetua por bens políticos, sob avaliação estratégica de custos principalmente políticos. Neste caso, abre-se a discussão sobre sua legitimidade. Mas quando são objetivos econômicos e privados que mobilizam o emprego não-legítimo e ilegal da violência, a mercadoria política adquire valor específico e se sujeita também às leis do mercado e à concorrência, mas continua sobredeterminada por uma avaliação *política* quanto a custos, obrigações e resultados. É o caso da oferta da mercadoria política « proteção » pela máfia siciliana, como é também o caso das negociações de preço pelo resgate de sequestrados no Rio de Janeiro dos anos 90. O assassinato pago por encomenda, realizado por diferentes « grupos de extermínio », é outra forma de mercadoria política cuja criminalização decorre do emprego da violência para fins privados.

A « extorsão », como na chantagem e no sequestro, é um caso-limite de mercadoria política. Por um lado, desenvolve-se sob constrangimento de uma das partes, para quem a troca é *ilegítima*. Na medida, porém, que, mesmo assim, a troca se realiza, seja porque esta parte a considera racionalmente vantajosa, seja por qualquer outro motivo, *há mercadoria política*. Trata-se, no entanto, de um caso-limite, já que o princípio de mercado e de reciprocidade ficam inteiramente subordinados ao poder de uma das partes e a troca é inteiramente assimétrica. O outro caso-limite, na outra ponta do espectro, e que raramente é criminalizado, é o « clientelismo », em que a troca assimétrica, ao contrário da extorsão, não resulta de subordinação de uma das partes mas, pelo contrário, é o que a produz. Entre esses dois limites, abre-se todo o variado leque de circulação das « mercadorias políticas ».

Proponho, em resumo, chamar de « mercadoria política » toda a mercadoria que combine custos e recursos políticos (expropriados ou não do Estado) para produzir um valor-de-troca político ou econômico. O caráter vazio ou fecundo dessa proposição está em aberto.

Referencias Bibliográficas

Adorno, S. (1993), «A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático». BIB - *Boletim Informativo e Bibliográfico*, ANPOCS, n. 35, pp.1-72.

Betancourt, D. e Garcia, M.L (1994), *Contrabandistas, Marimberos y Mafiosos. Historia Social de la Mafia Colombiana (1965-1992)*. Bogotá, Tercer Mundo Editores.

Campos, E. (1988), « Da Falange Vermelha a Escadinha: o poder nas prisões ». *Presença*, n.8

Catanzaro, R. (1988) *Il Delitto como impresa*. Padua, Liviana Editrice.

Catanzaro, R. (1995) « Recherches sur la Mafia ». *Déviance et Société*, n. 2

Chinelli, F. e Machado da Silva, L.A. (1993), « O Vazio da Ordem: Relações Políticas e Organizacionais entre as Escolas de Samba e o Jogo do Bicho », *Revista do Rio de Janeiro*, ano I, n.1, UERJ, pp.42-52.

Coelho, M.P. (1992) « Crime Organizado e Pobreza: Uma Nova Associação », in *Polícia Militar, Estado e Sociedade: os Desafios da Modernidade*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro-PMEMG.

Gambetta, D. (1993) *The Sicilian Mafia. The business of private politics*. Cambridge, Harvard University Press.

Kopp, P. (1992) *Le trafic de drogue: marché ou réseau?* Paris, Greitd.

Labrousse, A. e Wallon, A., eds. (1993) *La Planète des Drogues. Organizations criminelles, guerres et blanchiment*. Paris, Editions du Seuil.

Lautier, B. et alii (1991), *L'Etat et l'Informel*. Paris, L'Harmattan

Leclerc, M., org. (1996), *La Criminalité Organisée*. Paris, La documentation Française.

Machado da Silva, L.A. (1995), « Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta ». *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, pp.

Misse, M.(1995), « Crime e Pobreza: Velhos Enfoques, Novos Problemas », in M.A. Gonçalves e G. Villas-Boas (orgs.) *O Brasil na Virada do Século (O Debate dos Cientistas Sociais)*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Pecaut, D. (1996), « Réflexions sur la violence en Colombie », in F. Héritier (org), *De la Violence*. Paris, Éditions Odile Jacob.

Reuter, P. (1983), *Disorganized Crime: the economics of the visible hand*. Cambridge, MIT Press.

Santos, J.V.T. (1995), « A violência como dispositivo de excesso de poder ». *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, UnB, pp. 281-298.

Zaluar, A. (1994), *O Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ 493-512.